

CEDI - P. I. B.
DATA 13,08/86
COD 67 D 02

PARECER sobre o processo FUDAL/BSB/5044/79, referente aos índios GUAJÁ do Estado do Maranhão, pelo antropólogo MERCIO PEREIRA GOMES, presente-mente na área dos índios GUAJÁ. Apresentado ao Sr. Alipio Levay, delega-do da Sexta Delegacia Regional, em São Luis, a pedido do Sr. Luis Antonio de Patrício Ribeiro, diretor do Departamento Geral de Planejamento Comu-nitário, da Fundação Nacional do Índio, em Brasília, Distrito federal. Posto Indígena Guajá, em 9 de março de 1980

Posto Guajá, 9 de março de 1980

Exmo. Sr.
Alipio Levay
Delegado Regional, 6º D.R.
Fundação Nacional do Índio
65.000 São Luís, MA

Sr. Delegado:

Tenho a satisfação de apresentar-lhe, para seu devido encaminhamento ao Sr. Diretor do Departamento Geral de Planejamento Comunitário, Luis Antonio de Patrício Ribeiro, meu parecer sobre o Processo FUNAI/BSB/5044/79. Sem mais para o momento, ponho-me ao seu dispor para o que puder fazer em prol da sobrevivência étnica dos índios Guajá.

Atenciosamente,

Mercio Ferreira Gomes,
Antropólogo na área Guajá

1. Questão de sobrevivência física

Em primeiro lugar, em se tratando de vidas humanas, e sobretudo de uma nação indígena de proporções tão reduzidas, vale salientar que é assombroso o decréscimo populacional dos índios Guajá da região do Rio Turiaçu, como bem friza o Sr. Wellington Gomes Rigueredo, ex-auxiliar técnico indigenista do ex-Posto de Atração Guajá (atual P.I. Guajá). Na verdade, o quadro apresentado pelo digno indigenista, em relatório de 29/10/79, já se mostra caduco devido a dois acontecimentos do fim do ano passado que vitimaram mais 11 (onze) Guajá, incluindo-se dois recém-nascidos. O primeiro se deu no início de novembro, por volta do dia 6 ou 7, quando morreram aparentemente de gripe uma criança do sexo feminino de uns 7 anos de idade e um jovem adulto de 20-25 anos. Esses casos foram registrados só após o retorno do grupo que frequenta este posto, seja que ninguém pudesse fazer nada a respeito, pelo menos dentro do sistema em que o posto assiste aos Guajá. Os segundo acontecimento é bem mais grave e exige maiores reflexões e ação coordenada por parte da FUNAI como um todo, e sobretudo seu departamento de saúde. Sucedeu que no dia 30 de novembro chegou ao posto a equipe volante de saúde (EVS) da 6ª D.R., composta de um médico e uma enfermeira, para vacinar os índios contra tuberculose (BCG), sarampo e pólio. Atitude das mais louváveis, sem dúvida, e de precisão no momento. Iriam ser vacinados os 32 índios que estavam presentes, dos 37 restantes, sendo que os cinco não presentes fazem parte de um grupo que frequenta com menos assiduidade a este posto. No dia 2 de dezembro, todos foram vacinados (exceto uma menina de 4 anos que se encontrava com febre alta), inclusive duas mulheres gestantes, já no seu último mês e prestes a darem à luz. Ao médico foi sugerido que essas vacinações fossem aplicadas aos poucos, isto é, em alguns índios um dia, outros no dia seguinte e assim por diante. Por falta de tempo ou por ter outros compromissos, a equipe não se dignou a aceitar essa sugestão (de fato dada por um leigo em questões médicas, cuja única preocupação

pação era uma possível reação desesperada por parte dos índios). Sucedeu então, algumas horas após a vacinação, que um dos índios falou que esses brancos, agindo tão ansiosamente sobre seus corpos, estavam pretendendo envenená-los, uma suspeita advinda dos desenganos por que já passaram em contatos com outros brancos. Angustiados, fugiram para a mata, dizendo, diplomaticamente ao velho trabalhador braçal que os assiste mais de perto, o Sr. Florindo Diniz, que voltariam dentro de cinco dias. Passados mais de cinco dias e já se aproximando dos dez, o Sr. Florindo Diniz e o Sr. Antonio Lau, então respondendo ad-interim pela chefia do posto, resolveram ir à mata verificar o que estava se passando. Encontraram, após algumas horas de caminhada, um dos índios deitado perto do fogo, já sem forças para se levantar, soltando muito catarro e com uma febre muito alta. Souberam por ele e sua mulher, que o assistia pacientemente no mister de bater os mosquitos de suas costas, que outros índios haviam contraído "catarro", e que o líder do grupo, Tamakaimã ou Manuel, estava muito bravo com os brancos. Trouxeram o índio doente ao posto e o medicaram, restituindo-o à saúde normal. Em seguida, retornaram à mata e aí souberam da notícia de que a mulher mais velha de Tamakaimã havia falecido, de que a sua segunda mulher havia dado à luz e perdido a criança em seguida, de que uma outra criança do sexo feminino havia falecido, e além do mais, de que a outra mulher grávida havia morrido junto com sua criança de poucos dias de nascida. Voltaram então esses índios com menos cinco membros do grupo e com mais cinco ainda pelos matos. Alguns dias depois, já em janeiro, chega um dos cinco que haviam se desgarrado do grupo. Muito doente, cansado e com fome, ao recuperar-se declarou que os outros quatro índios, uma família formada por marido, esposa e duas filhas, haviam todos falecidos a caminho do posto, vítimas do "catarro", da fome e do cansaço que acompanham a aquisição da gripe por esses índios Guajá. Eis que restam apenas 25 Guajá liderados por Tamakaimã, frequentadores assíduos deste Posto. Este número representa

também uma desproporção em relação aos sexos, havendo apenas duas meninas para um número elevado de meninos; além do mais há cinco rapazes que deveriam se casar dentro dos próximos cinco anos e não terão esposas no grupo. Há um outro grupo de cinco indivíduos que só vêm aqui na época do verão, por alguns dias, retornando imediatamente à mata. Enfim, no total, existem atualmente 30 Guajá, dos 39 recenseados pelo Sr. Wellington Gomes Figueredo em outubro de 1979.

Sem ter nenhuma competência médica, nada posso afirmar acerca do procedimento em vacinar os índios Guajá. Como antropólogo, no entanto, posso afirmar que este incidente requer uma reflexão profunda e estudada por parte dos responsáveis pela saúde na FUNAI, para que incidentes dessa natureza não se repitam. Ocorre-me neste momento o que sucedeu aos índios Krenhacarore quando foram transferidos para o Parque Xingu, os quais, mesmo com assistência médica, viram quase a metade de sua população perecer no espaço de algumas semanas. A saúde, já dizem os psicólogos, não é uma questão simplesmente técnica; é também uma questão cultural, de apreensão de conceitos de doença e cura. Os Guajá não conheciam a gripe e ainda não sabem o que constitui a sua etiologia e a sua cura. Suas reações são geralmente de desespero, seguidas de inércia. Eu pessoalmente ainda não sei como eles vêem a questão de doença (deles próprios e aquelas outras transmitidas pelos brancos), devido ao pouco tempo em que estou aqui e ao fato de não haver ainda, obviamente, aprendido a sua língua. Porém, tenho condições de afirmar, por experiência própria, que quando eles vêem alguém deitado numa rede, sem forças e ânimo para se levantar, com o rosto e os olhos fechados, assumem uma atitude de desesperança em relação à sua sobrevivência. Daroy Ribeiro, também através de observação pessoal, comentou que as muitas mortes que presenciou entre os Urubu-Kaapor no ano de 1950 (se não me falha a memória) se davam tanto pelo efeito avassalador dos germes causadores da epidemia, quanto pela inércia, trazendo consigo uma crescente pobreza

alimentar, que afetam sobretudo aos mais carentes.

Ficam aqui, portanto, essas pequenas observações a respeito da sobrevivência dos Guajá. Como sugestão de uma primeira medida, quero crer que a FUNAI providenciará urgentemente um atendente de enfermagem que esteja consciente desses problemas e que se dedique mais animadamente a compreender o sistema de cura dos Guajá, trabalhando junto a eles para que venham a utilizar-se dos métodos mais propícios à recuperação de doentes em seu meio. Sei que esta é uma tarefa difícil que exige muito mais que um conhecimento secundário sobre remédios e doenças. Na medida do possível, posso propor-me a orientar esse novo enfermeiro, dentro das minhas atribuições de antropólogo.

2. Questão de terras e assistência

Apesar do número reduzido de Guajá ora neste posto, acredito, por informações do Sr. Florindo Diniz e por histórias que já ouvi os índios contarem (as quais entendi muito por alto), que ainda há outros grupos Guajá dentro desta reserva. Isto sem contar os 11 Guajá que foram contatados por Sidney Possuelo e Wellington G. Figueredo, em outubro de 1978, na região do igarapé Presídio, afluente do Rio Pindaré, e outros grupos que dizem existirem nas regiões de Santa Luzia e de Porto Franco, conforme consta do relatório mencionado. O que fazer a respeito desses índios? Abrir novas frentes de contato? Contatá-los num arroubo de heroísmo e depois deixá-los a seu bel prazer, para ver como sobrevivem? O próprio Sr. Wellington se lamenta do fato de que, após ter contatado junto com o Sr. Possuelo os 11 índios do igarapé Presídio, a FUNAI, através da chefia do P.I. Caru, não conseguiu dar uma assistência à altura a esses índios quando eles apareceram por lá com a intenção de reestabelecer o contato iniciado anteriormente.

Pessoalmente não digo que tenho solução para o problema, mas gostaria de tecer alguns comentários antes de fazer uma pequena proposta. Em primeiro lugar, embora a reserva do Turiaçu seja razoavelmente grande, cerca de 500 mil hectares, ela é dividida, em termos de uso da terra, entre os Kaapor e os Guajá, os primeiros usufruindo aproximadamente das partes central e setentrional da mesma, e os segundos, da parte meridional. Por outro lado, os Guajá também frequentam, como vêm frequentando há pelo menos um século, a região compreendida pelos rios Caru, Pindaré, até a confluência do Braticupu. Jamais se soube de índios Guajá em lugar tão distante (e já em zona de cerrado com floresta interseciária) como o município de Porto Franco. Por que então apareceram ou aparecem por lá? Creio que isto se deve ao fato da reserva do Turiaçu ter sido demarcada separadamente da reserva do Caru, criando assim um verdadeiro corredor de passagem de brancos e de formação de fazendas ou roças particulares. Não tenho em mãos o processo que ditou a partição dessas reservas, as quais, por decreto anterior do ex-Pres. Jânio Quadros, constituíam uma só área. Porém, quaisquer que tenham sido os critérios utilizados para tal partição, são critérios absolutamente anti-constitucionais, devido ao fato de se referirem a área de utilização indígena. Fui informado por algumas pessoas que esse corredor que reparte essas reservas pertence a um órgão federal, algo como o IBDF. No entanto, pessoas que tiveram oportunidade de ver esta região, após a demarcação, afirmaram-me que esse corredor já está há muito devassado, e suas matas foram tomadas por fazendas e roças agrícolas. Não sei se se tratam de propriedades particulares ou federais, mas cabe à FUNAI reabrir esse processo. Acredito, enfim, como muitas pessoas que vêm trabalhando com os Guajá, que a causa de sua dispersão desordenada se deve ao fato da abertura deste corredor e a conseqüente desorientação que lhes levou a perderem o caminho que os comunica com aqueles que vivem mais frequentemente nesta região do Turiaçu. Urge portanto que se reabra esta

questão e que se providencie a ligação destas duas reservas eliminando este corredor. A ligação poderia ser feita na parte meridional da reserva Turiaçu, ligando-a diretamente ao Rio Caru através de uma faixa de terra de largura suficiente para que permita o traslado tranquilo dos Guajá e das pessoas que trabalham junto aos Guajá. Neste sentido, a contratação de dois trabalhadores se faz urgente para que a reserva possa ser fiscalizada com intervalo binensal durante todo o ano a fim de evitar a entrada de caçadores, coletores e agricultores, como tem acontecido. De fato, o incidente de novembro de 1978, que veio à tona em janeiro de 1979 por intermédio do Sr. Sidney Possuelo, no qual morreram dez Guajá, vítimas supostamente de envenenamento causado pela doação de alimentos contaminados, faz parte dessa perene onda de invasão da área. Tenham sido ou não envenenados, é conclusivo, no entanto, que os índios morreram vítimas desse contato, talvez até por uma doença infecciosa, a gripe, e pela falta de assistência imediata, como já dei a entender no ponto anteriormente visto. Esses trabalhadores a serem contratados serviriam tão somente esta região do Turiaçu. Far-se-á mister, num plano mais extenso e elaborado (que poderei fazer a pedido, contando que as reservas sejam ligadas entre si), que se expanda este serviço de fiscalização e assistência à região do atual P.I. Caru, criando-se um sub-posto com comunicação direta ao posto daqui. Em suma, sou de total acordo com os pedidos do Sr. Wellington, no sentido de contratar mais dois trabalhadores, como primeira medida; e da obtenção de um rádio portátil, já que o daqui, a motor, é velho e inútil. Acrescento que esses trabalhadores sejam pessoas que já conhecem os Guajá, e dentre os vários indivíduos que trabalharam aqui nos últimos cinco anos, destaco os senhores Maimundo Ferreira de Souza (que trabalha aqui atualmente, sendo pago por serviço prestado) e Venâncio Pereira, que conheço como pessoa de grande disposição a prolongadas caminhadas pela mata. A contratação de um enfermeiro já foi proposta anteriormente.

Estes seriam as medidas mais urgentes e necessárias. Posteriormente com a ligação das reservas do Caru e do Turiaçu, viria a necessidade da criação de um sub-posto no Caru, sob a direção deste posto, e da contrata-

ção de um número maior de pessoal para bimensalmente fazer a fiscalização da área e dar maior assistência aos grupos que, por uma razão ou outra, preferem permanecer na área.

3. Considerações gerais

Desde que foi criada a Frente de Atração Guajá, em 1974, mais ou menos um ano após o primeiro contato efetuado com os Guajá desta região pela equipe da antropóloga Valéria Parise, a pessoa que mais tempo e empenho tem dedicado aos Guajá tem sido o Sr. Florindo Diniz. Conhecido pela alcunha de "Major", o Sr. Florindo Diniz é um velho conhecedor de índios, desde o ano de 1946 quando começou a trabalhar para o SPI junto aos Urubu-Kaapor. Acontece que só em junho de 1979 é que ele foi definitivamente contratado, tendo durante cinco anos trabalhado neste posto à base de serviços prestados, sem qualquer garantia de emprego, assistência médica, fundo de garantia ou tempo para aposentadoria. Sua contratação foi feita na categoria de trabalhador braçal, mas é o Sr. Florindo quem realmente tem conhecimento e sensibilidade para dar assistência permanente a esses índios. Ele foi quem soube criar um sistema de prestações de ajuda entre posto e índios, de maneira que a dependência que se formou dos índios para com o posto não afeta sensivelmente o sistema cultural dos Guajá. É um equilíbrio delicado, e embora não seja ideal, acredito que nem todo chefe de posto ou sertanista ou antropólogo seria capaz de criar e manter. O "Major" faz isso por uma espécie de "instinto", digamos, já que não tem nenhum conhecimento intelectual da questão. Assim é que a pessoa do "Major" é imprescindível à continuidade deste posto e ele merece ter um cargo ou pelo menos um salário mais condizente com sua atuação. Dentro de uma nova política de fiscalização e assistência a todos os Guajá tanto a pessoa do Sr. Florindo e do atual Chefe de Posto, o Sr. Antonio Lau, são importantíssimas. A bem da justiça, seria oportuno elevar o salário do Sr. Florindo, obter-lhe os seus direitos

de FGTS atrasados, etc.

A vivência aqui no posto não é de todo desagradável, sobretudo porque os próprios Guajá ajudam. Ele são pessoas agradáveis e não agressivas, embora por vezes sejam inconsistentes com relação ao posto. Nos meses de inverno (dezembro a junho), o único meio de comunicação possível com a cidade mais próxima, Araguañã, é por via de barco a motor, uma viagem um tanto quanto enfadonha e consativa, devido às inúmeras árvores que caem no leito do rio. Faz-se necessário, de qualquer forma, contar com um orçamento que, além das necessidades gerais de manutenção do posto, inclua duas viagens mensais a Araguañã a fim de trazer material tal como alimentação do INAN, equipamentos diversos, etc., bem como para alguma viagem de urgência que surja. Nesse sentido também proponho que seja regulamentado que todo servidor tenha direito a dez dias de folga em Araguañã por cada dois meses de trabalho no campo, prática que tem sido mais ou menos seguida pelo atual Chefe de Posto.

Quero deixar claro que os índios que vivem próximos ao posto e aqueles que raramente ou nunca aqui vêm, são duas categorias e dever ser consideradas como tal. Não é necessário criar uma prática de exigir a presença de outros índios aqui, tanto porque essa ausência ao posto pode muito bem significar um costume de não aproximação frequente entre grupos Guajá, como porque aqueles que permanecem fora do posto têm razão que lhes é própria para tal ato. O que se deve sempre fazer, se é que pretendemos auspiciar a sobrevivência dos Guajá, é manter um contato relativamente permanente com aqueles de fora, assistindo-os sistematicamente, conhecendoos seus pontos de caçada, de perambulação, de território próprio, etc. Mantenho com toda convicção que todo trabalho prático é também um trabalho de reflexão e aprendizado, e vice-versa, de maneira que as atribuições de antropólogo e as do indigenista aqui se confundem. Mantenho, mais vigorosamente ainda, que devemos tentar fazer um esforço bem maior do que tem sido feito até agora para podermos ajudar os Guajá a sobreviverem nesses próximos anos. Não podemos permitir, nesta altura da história dos serviços

de ajuda ao índio brasileiro, que aconteça aos Guajá o mesmo que aconteceu aos Ketá, do Paraná na década de 1950, e bem mais recentemente aos Avá-Canoeiro, que de seu contato, em 1973, para cá, se tornaram uma nação extinta, restando tão somente uma meia dúzia de indivíduos culturalmente descaracterizados. Os Guajá devem servir como exemplo de uma nova atitude da FUNAI em relação a índios recém contatados. Outras nações serão contatadas, como os Arara do Pará, e devemos esperar que a assistência que lhes seja dada se molde numa forma mais humana, mais digna e mais respeitosa, como a que queremos todos nós aqui para os Guajá. Acredito que a FUNAI será responsabilizada perante toda a humanidade se os Guajá não sobreviverem condignamente. De outra forma, sua função se tornará, como já disse um amargurado ex-servidor do órgão, a de mero "coveiro de índios", e o Brasil e a humanidade padecerão por isso. Sem falar nos próprios Guajá.

P.I. Guajá, 9 de março de 1980

Mercio Pereira Gomes, antropólogo.